

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Estado da Fazenda
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. – CADIP
CNPJ nº 00.979.969/0001-56
NIRE 43300034518
- Companhia Aberta -

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei nº 6.404/76)

Local, Data e Hora: às 10:00 horas do dia 24 de janeiro de 2005, na sede social, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, nº 1.155, 5º andar, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os Acionistas da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP (“CADIP” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.979.969/0001-56 e no NIRE – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul nº 43300034518. Quorum: acionistas representando a totalidade do capital social. Convocação: dispensada a convocação pela imprensa, face ao disposto no § 4º do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Composição da Mesa: a Assembléia Geral foi presidida pelo Sr. Paulo Michelucci Rodrigues, representando o acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul (“Estado”), que convidou a mim, Ricardo Englert, para exercer as funções de secretário. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente declarou regularmente instalada e aberta a Assembléia Geral Extraordinária e solicitou a mim, Secretário, que procedesse a leitura da Ordem do Dia, sendo o seguinte teor: Ordem do Dia: A presente Assembléia Geral visa deliberar sobre: (I) aprovação do laudo de avaliação dos Direitos Creditórios (abaixo definidos) a serem utilizados na integralização de aumento do capital social da Companhia, deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03 de janeiro de 2005, no valor total de R\$ 227.500.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais), mediante a cessão de Direitos Creditórios na forma prevista no §2º do Artigo 3º da Lei Estadual 10.600 de 26/12/1995 e na Lei Estadual 12.070 de 22/04/2004; (II) aprovação da integralização e

homologação do aumento de capital ; (III) a alteração da redação do Art. 5º do Estatuto Social para refletir o novo capital social após a integralização do aumento de capital; (IV) a ratificação da celebração, pela Companhia, do (i) “Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios para Fins de Integralização de Ações em Aumento de Capital”, celebrado em 07 de janeiro de 2005, registrado em [●] de [●] de 2005 no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da cidade de Porto Alegre e (ii) do “Relatório de Cessão”, celebrado em 09 de janeiro de 2005, preparado nos termos do instrumento de cessão acima referido; (V) a definição, pela Companhia, da não utilização alternativa do procedimento de distribuição parcial para as debêntures, cuja emissão foi aprovada pelos acionistas da Companhia na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03 de janeiro de 2005, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 2532778 em 04 de janeiro de 2005, conforme prerrogativa contida no item 3.6. da escritura de emissão das debêntures; e (VI) as alterações nas condições da 8ª emissão de debêntures da Companhia, aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 3 de janeiro de 2005 .

Iniciando os trabalhos, o Presidente da Assembléia trouxe ao conhecimento dos acionistas os assuntos constantes da Ordem do Dia e em seguida foram colocadas as matérias em discussão, resultando aprovadas por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, conforme segue:

(I) O Presidente lembrou aos presentes que em Assembléia realizada em 3 de janeiro de 2005, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 2532778 em 04 de janeiro de 2005, foi aprovado o aumento de Capital Social da companhia, no valor total de R\$ 227.500.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais), a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional ou mediante a cessão de Direitos Creditórios. Diante disso fez-se necessário, em cumprimento ao artigo 170, §3º combinado com o artigo 8º, ambos da Lei nº 6.404/76, que fosse realizada a avaliação de tais créditos por empresa especializada.

Sendo assim, naquela Assembléia foi nomeada a empresa de auditoria KPMG – Auditores Independentes, inscrita no CNPJ sob nº 57.755.217/0001-29, que procedeu a avaliação dos Direitos Creditórios a serem cedidos, consubstanciados pelo direito ao recebimento da fração equivalente a 63,75% (sessenta e três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) do fluxo financeiro decorrente das parcelas relativas aos créditos tributários relacionados ao ICMS, devidos pelos Contribuintes, que constitui receita própria do Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador, nos termos da Lei Estadual nº 6537 de 7 de fevereiro de 1973, do Decreto Estadual nº 40145 de 26 de junho de 2000, do Decreto Estadual nº 41858 de 27 de setembro de 2002 e do Decreto Estadual 44633 de 7 de novembro de 2003, com vencimento entre janeiro de 2005 e dezembro de 2006, em fase administrativa ou judicial, não incluindo, portanto, os valores que constituem receita do Fundo de Participação dos Municípios (Constituição da República, Art. 158, IV) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei nº 9.424/96, art. 1º), denominados “Direitos Creditórios”.

Assim, o Presidente, solicitou a mim, Secretário, que lesse o Laudo de Avaliação dos Direitos Creditórios, apresentado pela KPMG, para apreciação pelos acionistas da Companhia. Verificou-se que os Direitos Creditórios foram avaliados por R\$ 227.500.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais) . Depois de examinado, o Laudo restou aprovado por unanimidade, e uma cópia, rubricada por todos os presentes, fica anexa a esta ata (Anexo I).

(II) Sendo assim, foi aprovada a integralização de 65.000.000 (sessenta e cinco milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos), nos termos do boletim de subscrição anexo a esta ata (Anexo II), mediante a cessão dos Direitos Creditórios, descritos no Laudo de Avaliação.

(III) Alterada a redação do Art. 5º do Estatuto Social para refletir o novo capital social da Companhia após o aumento de capital aprovado e homologado nesta data, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - O capital social é de R\$291.118.139,34 (duzentos e noventa e um milhões, cento e dezoito mil, cento e trinta e nove reais e trinta quatro centavos) dividido em 68.000.000 (sessenta e oito milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.”

(IV) Aprovada a ratificação de todos os atos praticados pela administração da Companhia desde a Assembléia Geral de Acionistas realizada em 3 de janeiro de 2005 até a presente data, no tocante ao aumento de capital ora homologado e a cessão de direitos a este vinculada, particularmente a celebração, pela Companhia, (i) do “Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios para Fins de Integralização de Ações em Aumento de Capital”, celebrado em 07 de janeiro de 2005, registrado em 20 de janeiro de 2005 no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da cidade de Porto Alegre e (ii) do “Relatório de Cessão”, celebrado em 09 de janeiro de 2005, preparado nos termos do instrumento de cessão acima referido.

(V) Foi aprovada, também, (i) que a Companhia não utilize o procedimento de distribuição parcial para as debêntures , cuja emissão foi aprovada pelos acionistas da Companhia na “Ata da Assembléia Geral Extraordinária, celebrada 03 de janeiro de 2005, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 2532778 em 04 de janeiro de 2005, conforme prerrogativa contida no item 3.6. da escritura de emissão das debêntures sendo certo que (ii) a subscrição e integralização das debêntures será realizada

no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data de publicação do respectivo Anúncio de Início de Distribuição. Ao término do prazo acima referido, o saldo não colocado deverá ser cancelado pela Companhia. Para tanto, a Companhia e o agente fiduciário deverão promover o competente aditamento à escritura de emissão de forma a deixar consignado que o valor total da emissão contemple o saldo de valores mobiliários efetivamente em circulação.

(V) Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente informou a todos que, com o encerramento do processo de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), se fizeram necessárias alterações nas condições das debêntures. Assim, fica aprovado que as Cláusulas 4.1.1, 4.1.4 e 4.3.3 da escritura de emissão das debêntures passam a vigorar com a seguinte redação:

“4.1.1. Valor Total da Emissão

O valor total da emissão é de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data da Emissão.”

“4.1.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 120.000 (cento e vinte mil debêntures) Debêntures.”

“4.3.3. Spread

O *spread* a ser acrescido a Taxa DI é de 2.5% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 252 dias úteis, conforme fixado pela Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 24 de janeiro de 2005, após apuração da coleta de intenções de investimento no curso do processo de *bookbuilding* (o “*Spread*”).

Ademais, fica incluído ao final da Cláusula 4.3. o seguinte item:

“ O fator resultante de “*FatorDI* × *FatorSpread*” será considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.”

Os acionistas presentes verificaram a necessidade de ajustar o item 34 da deliberação (V) Características da Emissão, constante da Assembléia Geral de Acionistas realizada em 3 de janeiro de 2005, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do

Sul, sob o nº 2532778 em 04 de janeiro de 2005, que trata do “Resgate Antecipado”. Assim, o referido item passa a vigorar com a seguinte redação: “(34) - Resgate Antecipado: As debêntures não poderão ser antecipadamente resgatadas.” O Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, para serem tratados assuntos de interesse social e, como ninguém se manifestou, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata.

Encerramento: Reabertos os trabalhos, esta Ata foi lida e, de forma unânime, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes.

(**Assinaturas:** Paulo Michelucci Rodrigues, Presidente e Ricardo Englert, Secretário.
Acionistas Presentes: Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Paulo Michelucci Rodrigues,
Secretário de Estado da Fazenda; Fernando Guerreiro de Lemos; Antônio Carlos Brites Jaques; Ney Michelucci Rodrigues; Ricardo Richiniti Hingel e Ricardo Englert).

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2005

Paulo Michelucci Rodrigues,
Presidente

Ricardo Englert,
Secretário

Estado do Rio Grande do Sul
Paulo Michelucci Rodrigues
Representante

Fernando Guerreiro de Lemos

Antônio Carlos Brites Jaques

Ney Michelucci Rodrigues

Ricardo Richiniti Hingel

Ricardo Englert

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Nº 01/01

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - CADIP

Sociedade aberta, de economia mista, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul,
Avenida Mauá, nº 1153, 5º andar, CEP 91020-080
CNPJ/MF nº 08.979.969/0001-56
NIRE 43300034518

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA SUBSCRIÇÃO

Subscrição particular de 65.000.000 (sessenta e cinco milhões) ações ordinárias todas nominativas ou "Ações" de emissão da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP (ou "CA" ou "qualquer"), deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de janeiro de 2005, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 2532776 em 4 de janeiro de 2005, e pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2005, a ser realizada pelo Juízo do Rio Grande do Sul, do "Estado", por meio de emissão de cédulas de R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos), equivalentes a um aporte de R\$227.500.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais). O valor da presente subscrição particular, que é realizada no âmbito das Leis Estaduais nº 12.070 e nº 12.071, ambas de 22 de abril de 2004, é integralizado mediante a cessão para a Companhia de direitos creditórios, conforme abaixo descrito.

Os direitos creditórios relacionados sistematicamente no Relatório de Crédito ou "Direitos Creditórios" são, em caráter irrevogável e irreversível, cedidos à Companhia, sendo esta realizada sem contrapartida no direito de regresso contra o Estado, em compensação pela subscrição e integralização das Ações objeto da presente subscrição particular. A cessão de créditos acima referida é realizada no âmbito do disposto no "Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios para Fins de Integralização de Ações em Aumento de Capital" celebrado em 07 de janeiro de 2005, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Porto Alegre, sob o número sub nº 1438088, em 20 de janeiro de 2005, no "Instrumento de Cessão" e do "Relatório de Crédito" celebrado em 09 de janeiro de 2005, a ser registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Porto Alegre.

QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR

Formatação inicial O estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo Secretário de Estado da Fazenda, conforme delegação dada no Decreto Estadual nº 43.479 de 2 de dezembro de 2004, publicado no DOE de 3 de dezembro de 2004.				CNPJ/MF Nº 08.979.969/0001-56	
ENDEREÇO Rua Duque de Caxias, s/nº, Polígrafo Pirâmide				UF RS	CUMPLEMÉNTOS Público Privado
BARRIO Centro	CEP 91020-080	CIDADE Porto Alegre	ESTADO RS	PAÍS Brasil	TELEFONE/FAX Nº (51) 3214-5130 e (51) 3214-5135
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Paulo Michelucci Rodrigues				CPF/MF Nº 153.525.870-57	
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO SP04422688		ORGÃO EMISSOR NSP/RS		TELEFONE/FAX Nº (51) 3214-5130 e (51) 3214-5135	

AÇÕES SUBSCRITAS

ESPÉCIE / CLASSE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL R\$
ordinárias	65.000.000	3,50	227.500.000,00

FORMA DE PAGAMENTO

TIPO	AÇÕES SUBSCRITAS	FORMA
Em dinheiro	9.999.999 ações ordinárias	
Em bens	9.999.999 ações ordinárias	A VISTA, observando o depósito no nome "Outras condições", abaixo

OUTRAS CONDIÇÕES

Constituem o disposto nos incisos 6.2 e 6.3 do Instrumento de Cessão, assim como a resultante a cessão dos Direitos Creditórios, cedidos à Companhia, referentes a cada parcelamento concedido pelo Estado no respectivo contribuinte, especificamente no tocante aos montantes vencidos e não pagos e à verificação, opor de pleno direito, nas seguintes hipóteses: as "Condições Resolutivas da Cessão".

- desistência pelo contribuinte do parcelamento referente aos Direitos Creditórios cedidos;
- rescisão do parcelamento original referente aos Direitos Creditórios cedidos;
- qualquer outra alteração ou extinção do parcelamento referente aos Direitos Creditórios cedidos decorrente de decisão judicial; ou
- diminuição no valor do direito creditório decorrente de alguma lei que conceda remissão, anulação ou modificação das penalidades ou das condições gerais de pagamento, que se tenham mais benefícios ao contribuinte.

Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Estado, com a finalidade de assegurar a integridade do capital social da Companhia, poderá proceder, a seu exclusivo critério, em favor da Companhia, à nova cessão de Direitos Creditórios que atendam aos critérios de exigibilidade definidos no Instrumento de Cessão, em valor equivalente ao da rescisão ou extinção verificada, observados os procedimentos definidos no Instrumento de Cessão. A rescisão do crédito dos Direitos Creditórios, nos termos dos incisos 6.1 e 6.2 do Instrumento de Cessão, somente se aperfeiçoará, de pleno direito, com a transferência da Companhia para o Estado dos Direitos Creditórios sujeitos a qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, após o atermamento, pela Companhia, do respectivo "Relatório de Depósitos Realizados", nos termos do inciso 6.2 e de seu registro, nos termos do artigo 111 da Lei nº 11.033/2002, sob o Instrumento de Cessão. A Companhia, em nenhuma circunstância, poderá exigir do Estado que, em primeiro lugar, a nova cessão de Direitos Creditórios, em favor da Companhia, na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão. O Estado somente poderá utilizar-se da prerrogativa de restituir os valores cedidos de Direitos Creditórios para a Companhia até o dia 20 de dezembro de 2005.

Em razão do depósito no parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 11.033/2002, a Companhia não poderá realizar a prestação correspondente às Ações Subscritas, com contribuição em dinheiro ou a seu critério exclusivo, por meio da cessão de novos Direitos Creditórios à Companhia, conforme acima devendo, até o dia 20 de dezembro de 2005. Somente após esta data, os órgãos de administração da Companhia poderão efetuar a distribuição, nos termos do §2º do Art. 116 da Lei nº 6.404/76, conforme o Estado em nome. O Estado se compromete, em caráter irrevogável e irretratável, a tomar todas as medidas e realizar todos os procedimentos necessários para que este possa integrar o capital social da Companhia, por meio de contribuição em dinheiro, observados os dispositivos da Lei Estadual nº 12.071, de 12 de abril de 2004, e o Complemento nº 101, de 4 de maio de 2005.

Não serão adotados o procedimento de distribuição parcelar previsto no item 6.2 da Escritura de Emenda das Debêntures, o saldo de debêntures emitidas e não canceladas no processo de unificação de ações de investimento, que não for cancelado após o prazo de 6 meses contado da data de publicação do enunciado de início de distribuição, na forma da Instrução CVM nº 420, sent. cancelada.

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA TUDO O QUE FIZ, QUE ASSINO, ALEGRO COMO AS CONDIÇÕES E IMPRESSAS NO PRESENTE BOLETIM, SEM COMPROMISSO, RESPONSABILIDADE, IMENÇÃO DAS CONDIÇÕES E ASSINATURA DAS CONDIÇÕES.

LOCAL: DATA: Assinatura do Representante Legal

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2005

RECIBO

O ESTADO E A COMPANHIA SE TÃO ACOMPANHADA, GERAL E BASTA QUITAÇÃO COM REFERÊNCIA À CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E A SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES EM PRELUIÇO DA MANTENÇÃO DE SUAS RESPECTIVAS PRERROGATIVAS ASSIGURADAS NO INSTRUMENTO DE CESSÃO E NESTE BOLETIM.

LOCAL: DATA: Assinatura do Subscritor ou do Representante Legal.

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2005

Assinatura da Companhia ou do Representante Legal

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2005

1ª via - subscritor; 2ª via - empresa

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.



Companhia Aberta - CNPJ 00.979.969/0001-56
Avenida Mauá, 1155 - 5º andar - Porto Alegre/RS
Código ISIN: BRCADP0B8839

NIRE 43300034518

- Companhia Aberta -

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(Lavada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 339 da Lei nº 6.404/76)

Local, Data e Hora: às 10:00 horas do dia 26 de janeiro de 2005, na sede social, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, nº 1.155, 5º andar, reuniram-se, sob Assembleia Geral Extraordinária, os Acionistas da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP ("CADIP" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.979.969/0001-56 e na NIRE - Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul nº 43300034518. Quorum: acionistas representando a totalidade da capital social. Convocação: dispensada a convocação pela imprensa, face ao disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.406 de 15 de dezembro de 1976. Composição da Mesa: a Assembleia Geral foi presidida pelo Sr. Paulo Michelucci Rodrigues, representando o acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul ("Estado"), que convocou a mesa, Ricardo Engbert, para exercer as funções de secretário. Ordem do Dia: A presente Assembleia Geral visa deliberar sobre: (I) a retilificação da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 03 de janeiro de 2005, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 2532778 em 04 de janeiro de 2005, no sentido de fixar a quantidade mínima de debêntures para a qual será mantida a oferta pública, nos termos do Art. 39 da Instrução CVM Nº 400/2003 e ratificação da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 24 de janeiro de 2005, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 2543189, em 25 de janeiro de 2005, estabelecendo a utilização alternativa de procedimento de distribuição parcial para os debêntures; (II) alteração do item 1.6 da Escritura de Emissão de Debêntures da 9ª emissão de debêntures da Companhia, assinada em 03 de janeiro de 2005 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em 10 de janeiro de 2005, sob o nº ED000191006, aditada em 24 de janeiro de 2005 (Primeira Aditamento, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 25 de janeiro de 2005, sob o número ED000191801. DELIBERAÇÕES ADOTADAS POR UNANIMIDADE: (I) Retificação da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 03 de janeiro de 2005, no sentido de fixar a quantidade mínima de 40.000 (quarenta mil) debêntures para a qual será mantida a oferta pública, nos termos do Art. 39 da Instrução CVM Nº 400/2003 e ratificação da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 24 de janeiro de 2005, reestabelecendo a utilização do procedimento de distribuição parcial para os debêntures. Face às ratificações aprovadas, a manutenção da presente oferta pública está condicionada à quantidade mínima de 40.000 (quarenta mil) debêntures indicadas e integralizadas. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente oferta e que seja distribuída (i) da veracidade das informações ou (ii) da sua propensão ou quantidade mínima de debêntures, observadas as regras constantes dos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Instrução CVM nº 400/03. (II) (serão os deliberados no item II acima, aprovar a consequente alteração das Cláusulas 1.6.1 e 1.6.2 do Emissão de Debêntures da 9ª emissão de debêntures da Companhia, assinada em 24 de janeiro de 2005 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em 25 de janeiro de 2005, sob o nº ED000191006, aditada em 24 de janeiro de 2005 (1º aditamento), que passou a vigorar com a seguinte redação: "1.6.1. os termos da deliberação acionária que autorizou a oferta pública das Debêntures e conforme previsto no art. 39 da Instrução CVM nº 400/03, será adotada a distribuição parcial das Debêntures emitidas e não colocadas no processo de oferta de subscrição de investimento, que não for colocado no prazo de 5 meses contado da assinatura de início de distribuição, na forma da Instrução CVM 400, será cancelado." O Presidente afirmou à palavra a quem dela quiser fazer uso, pois serão tratados assuntos de interesse social e, assim, sujeitos ao quórum de maioria simples. Os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à leitura da presente Ata. Encerramento: Roberto os trabalhos, pela Ata em três e, de forma definitiva, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. (Assinaturas: Paulo Michelucci Rodrigues, Presidente, e Ricardo Engbert, Secretário. Assinaturas Presenças: Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Paulo Michelucci Rodrigues, Secretário do Estado do Rio Grande do Sul; Fernando Oliveira de Lencastre; Antônio Carlos Brito Jaques; Ney Michelucci Rodrigues; Ricardo Roberto Hage e Ricardo Engbert). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da Ata original lavada no Livro próprio da Sociedade, Porto Alegre, 26 de janeiro de 2005. RICARDO ENGBERT, Secretário.